

Fazenda estuda limitar alta de pisos da saúde e educação

Fazenda estuda limitar alta de gasto de saúde e educação

Proposta é travar em 2,5% aumento real de despesas, como no arcabouço

Adriana Fernandes

BRASÍLIA. O Ministério da Fazenda estuda propor a alteração das regras orçamentárias para saúde e educação de forma a aproximar o crescimento dessas despesas à lógica do arcabouço fiscal, que limita o conjunto dos gastos federais a uma alta real de até 2,5% ao ano.

De acordo com um integrante da equipe econômica, o crescimento real dos pisos passaria a ser limitado aos mesmos 2,5% previstos no arcabouço. Também estão em análise alterações nas regras de certos benefícios previdenciários, como o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) — que passariam a ser desvinculados do salário mínimo.

Questionado na manhã desta terça (11), Haddad afirmou que opções estão em estudo antes de serem levadas ao presidente Lula. “Tem vários cenários que estão sendo discutidos pelas áreas técnicas”.

As alterações são estudadas enquanto o governo é pressionado a apresentar medidas



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Pedro Ladeira/Folhapress

de equilíbrio fiscal pelo lado das despesas, após ter se dedicado por um ano e meio à busca por mais receitas. Além da pasta comandada por Fernando Haddad, o Ministério do Planejamento (comandado por Simone Tebet) está estudando iniciativas a serem apresentadas ao presidente

Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No caso dos pisos de saúde e educação, previstos na Constituição, as mudanças são necessárias porque eles crescem atualmente de forma mais acelerada do que o restante. O piso da saúde equivale a 15% da RCL (receita corrente líquida), e o da educação re-

presenta 18% da RLI (receita líquida de impostos).

Com a busca por mais receitas, os mínimos de saúde e educação tendem a crescer mais que as outras despesas —tomando, abaixo do teto geral, espaço dos demais gastos. Sem mudanças, a previsão é que o espaço para as demais

despesas seja totalmente consumido até o fim desta década. Na prática, a regra criada por Haddad no começo do governo Lula 3 estaria condenada ao estouro.

Como já mostrou a Folha, o Tesouro Nacional sugeriu a mudança dos pisos para uma forma alinhada ao arcabouço em um relatório e também já estudou a possibilidade de mudar o cálculo da RCL para desacelerar o crescimento das despesas. Neste último caso, a ideia era tirar as receitas extraordinárias das contas.

A necessidade de harmonizar essas vinculações com o novo arcabouço fiscal foi tratada pela primeira vez em abril de 2023 por Haddad em entrevista à Folha. Desde então, porém, ele vem delegando a responsabilidade ao Planejamento, incumbido da agenda da revisão de gastos.

O tema é politicamente delicado para o governo, sobretudo diante da defesa histórica da esquerda por mais verbas para as duas áreas. Haddad foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma Rousseff (PT).

No cenário atual, que considera as medidas de arrecadação já aprovadas pelo governo Lula, o espaço para despesas discricionárias com custeio e investimentos será totalmente comprimido a partir de 2032.

As dificuldades, porém, devem se manifestar até antes, com o estrangulamento gradual de políticas públicas, a exemplo do que ocorreu sob o teto de gastos instituído pelo

governo Michel Temer (MDB).

Isso acontece porque mesmo dentro das discricionárias há algumas despesas “rígidas”, isto é, não têm o rótulo formal de obrigatória, mas são carimbadas, e o governo precisa garantir sua execução. Estão nessa categoria os pisos de saúde e educação e as emendas parlamentares.

Há um segundo complicador que potencializa essa tendência de achatamento dos demais gastos.

Haddad e sua equipe apostam em uma série de medidas de arrecadação para manter uma trajetória de melhora contínua das contas públicas até 2026. Se eles forem bem-sucedidos na estratégia, o balanço entre receitas e despesas melhora, mas os pisos serão calculados sobre uma arrecadação ainda maior, ampliando a pressão sob o limite de gastos.

Em abril, relatório divulgado pelo Tesouro mostrou que a flexibilização dos pisos pode liberar até R\$ 131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033.

A projeção não significava por si só uma recomendação política, mas o exercício feito pelos técnicos do órgão reiterou o debate sobre a necessidade de rever essas despesas para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal a médio prazo.

Mudanças nos pisos de saúde e educação também foram propostas durante a gestão Bolsonaro pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, mas o tema não foi adiante.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: p Pagina: 2